

# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

## PROJETO DE LEI Nº 124, DE 2022

Apensado: PL nº 150/2022

Estabelece medida excepcional para suspender lançamento de cobrança adicional à remuneração por fornecimento de água e/ou energia elétrica durante situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública decretada por ente da federação em virtude de desastre natural ou provocada por ação humana.

**Autor:** Deputado JÚLIO DELGADO

**Relator:** Deputado PEDRO AIHARA

### I - RELATÓRIO

Trata-se do projeto de Lei (PL) nº 124, de 2022, do nobre Deputado Júlio Delgado, que objetiva suspender o lançamento de cobranças adicionais à remuneração por fornecimento de água e de energia elétrica durante situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública decretada por ente da federação. O projeto excetua da suspensão a contribuição para custeio da iluminação pública; os juros de mora; a correção monetária por atraso no pagamento; e a multa contratual.

Apensado a essa proposição, tramita o PL nº 150, de 2022, da nobre Deputada Greyce Elias, que pretende alterar, na Lei nº 12.608, de 2012, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para prever, enquanto durarem os efeitos de estado de calamidade decretado em razão de desastres naturais, a suspensão do recolhimento de tributos federais; do pagamento da antecipação dos custos de energia pelas concessionárias, a exemplo das bandeiras tarifárias; e do reajuste ou revisão da tarifa de energia. O projeto prevê, também, que, durante o estado de calamidade, deve ser interrompida a



suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de inadimplência. Por fim, estatui que, cessado os efeitos do estado de calamidade, as cobranças devem ser retomadas, sem acréscimo de juros, multas ou encargos de mora.

A proposição tramita em regime ordinário, está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuída às Comissões de de Desenvolvimento Urbano - CDU; Minas e Energia - CME; Finanças e Tributação - CFT (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54 RICD).

Nesta CDU, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II - VOTO DO RELATOR

As catástrofes e desastres naturais integram os grandes desafios da crise ambiental global e estão diretamente relacionadas à vulnerabilidade social existente, tanto em relação às causas, como, e principalmente, às consequências. O ambiente urbano, por abrigar a maior parte da população brasileira, é onde estão concentradas essas vulnerabilidades e, portanto, onde se verificam as consequências mais graves em termos de sofrimento humano e perdas materiais e econômicas.

Dessa forma, medidas que buscam amenizar os danos e fornecer meios para que a população afetada e o meio urbano possam se reerguer com menos dificuldades são louváveis. É o caso do PL nº 124, de 2022, em apreço, que objetiva suspender, enquanto perdurarem os efeitos de situação de emergência ou de estado de calamidade decretado em razão de desastres naturais, o pagamento de parcelas da conta de energia elétrica e de água que excedem a remuneração da concessionária e o custo do serviço, a exemplo das bandeiras tarifárias, para o caso da conta de energia.

O projeto apensado, o PL nº 150, de 2022, vai além e também suspende o recolhimento de tributos federais, o reajuste ou a revisão da tarifa



de energia e a interrupção do fornecimento de energia em razão de inadimplência.

Não temos dúvida de que, no que tange aos efeitos sobre o desenvolvimento urbano e sobre a vida do cidadão afetado, questões sobre as quais cabe a esta Comissão se manifestar, as medidas são bastante benéficas, pois tendem a amenizar as consequências materiais e econômicas e a facilitar a reconstituição do meio afetado.

Propomos apenas que as duas proposições sejam reunidas em substitutivo, que tomará por base o apensado, haja vista ser mais amplo nas suspensões propostas. No substitutivo, limitamos a instituição das suspensões ao período de vigência de estado de calamidade pública decretado, não incluindo o estado de emergência como fato gerador. Isso porque o estado emergência envolve danos menos graves, suportáveis pela comunidade afetada. Assim, por estarmos tratando de medidas de exceção, com possíveis efeitos orçamentários e financeiros, entendemos mais prudente limitá-las a situações mais sérias, que envolvem, inclusive, danos à incolumidade e à vida das pessoas.

Diante de todo o exposto, somos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 124, de 2022, e do apensado, o Projeto de Lei nº 150, de 2022**, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado PEDRO AIHARA  
Relator

2023-7823



## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

### SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nºs 124, DE 2022, E 150, DE 2022.

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para suspender a cobrança dos tributos e tarifas que especifica, durante a vigência de estado de calamidade pública decretado em razão de desastres naturais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para suspender a cobrança dos tributos e tarifas que especifica, durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais.

Art. 2º. A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19-A. Na hipótese de declaração e reconhecimento de estado de calamidade pública em razão da ocorrência desastres, ficam suspensos nos entes federativos abrangidos pelo decreto e por todo o período de sua vigência:

I – o recolhimento de tributos federais;

II – as parcelas da tarifa de energia elétrica referentes à antecipação do custo da energia adquirida pelas concessionárias do serviço público de distribuição, a exemplo das bandeiras tarifárias;

III – o reajuste ou a revisão da tarifa de energia elétrica;

IV – as parcelas da tarifa de água e esgoto que excedem a tarifa básica operacional; e

V – a interrupção do fornecimento de energia elétrica por inadimplência.



Parágrafo único. Cessado os efeitos do estado de calamidade pública, serão retomadas as cobranças dos itens previstos nos incisos I, II, III e IV deste artigo, sem a cobrança de juros, multas ou encargos de mora.” (NR)

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado PEDRO AIHARA  
Relator

2023-7823

